

Destinatários:

Comissões, GABSG, GABPAR, DAP, DRIPP.

Temas:

Atividade do PE, da Comissão e do Conselho.

Pontos mais importantes a destacar (semana de 4 a 8 de novembro de 2019)

- **Atividades das Comissões parlamentares**
- **Composição da Comissão Europeia – ponto de situação**
- **Quadro Financeiro Plurianual 2021-27 – ponto de situação**
- **Brexit**
- **Eurogrupo e Conselho ECOFIN**

1. ATIVIDADES DAS COMISSÕES PARLAMENTARES

A presente semana foi dedicada à atividade das Comissões parlamentares do PE, sendo que destacamos os seguintes temas:

❖ ***Comissão LIBE (Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos)*** – promoveu uma audição pública sobre a liberdade de imprensa, de expressão e a proteção do jornalismo de investigação, bem como do combate ao discurso do ódio (online e offline) e à desinformação. Toda a informação está disponível [aqui](#).

• ***Comissões AFET (Assuntos Externos), DEVE (Desenvolvimento) e LIBE*** – os Deputados destas três Comissões debateram a situação dos refugiados sírios na Turquia e os resultados do apoio financeiro concedido pela EU ao governo turco neste âmbito ([EU Facility for Refugees in Turkey](#), criado em 2015). Este debate teve a presença da Comissão Europeia e abordou também a implementação da [Declaração UE-Turquia EU-Turkey statement](#) e uma troca de impressões com Michalis Chrisochoidis, Ministro grego para a Proteção dos Cidadãos, sobre a situação dos refugiados nas ilhas gregas. O debate está disponível [aqui](#).

2. COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO EUROPEIA - FRANÇA, HUNGRIA E ROMÉLIA

A Presidente eleita da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, designou formalmente o candidato designado pela França, [Thierry Breton](#), ex-ministro da economia do Governo Chirac e até agora [CEO](#) da empresa [ATOS](#), e pela Hungria, que é Olivér VÁRHELYI, diplomata de carreira e atual Representante Permanente junto da UE.

No caso da Roménia, após o voto favorável à investidura do novo Governo, liderado por Ludovic ORBAN (PPE), este Estado-Membro apresentou dois candidatos a Comissário, uma mulher ([Adina-Ioana Vălean](#)) e um homem (Siegfried Mureşan), ambos Deputados ao Parlamento Europeu. A Presidente eleita da Comissão, após ter entrevistado ambos, escolheu [Vălean](#), atual Presidente da Comissão [ITRE](#) (Indústria, Investigação e Energia) do PE.

Os três candidatos manterão os portefólios anteriormente atribuídos aos candidatos rejeitados, nomeadamente Mercado Interno e Fundo Europeu de Defesa (França), Alargamento e Política de Vizinhaça (Hungria) e Transportes (Roménia).

É de notar, porém, que estes desenvolvimentos implicam diretamente com alguns dos equilíbrios anteriormente existentes:

- o **político**, pois haverá menos um Comissário indicado pelo grupo S&D (o anterior governo romeno havia indicado um candidato socialista) e mais um do PPE (a agora indigitada pela Roménia). A distribuição atual é 10 Comissários oriundos do PPE¹, 9 do PSE², 6 dos Liberais³, 1 dos Verdes⁴ e 1 dos conservadores europeus (ECR⁵);
- o de **género**, pois uma das candidatas rejeitadas pelo PE (Sylvie Goulard) foi substituída por um homem, sendo a distribuição atual de 12 mulheres e 15 homens.

Não existem, de momento, declarações formais sobre o sentido de voto dos Grupos Políticos, até porque ainda falta realizar as audições parlamentares (JURI a 12 de novembro). Porém, recolhemos alguns sinais informais de que alguns grupos políticos no PE poderão colocar resistências a estas designações.

¹ Alemanha, Letónia, Bulgária, Áustria, Irlanda, Grécia, Hungria, Chipre, Croácia e Roménia.

² Malta, Itália, Suécia, Portugal, Finlândia, Luxemburgo, Espanha, Países Baixos e Eslováquia.

³ Dinamarca, França, Bélgica, Estónia, Chéquia e Eslovénia.

⁴ Lituânia.

⁵ Polónia.

Esta semana, no âmbito da reunião informal semanal dos representantes dos Parlamentos nacionais em Bruxelas em que o signatário esteve presente, o secretário-geral do grupo S&D no PE afirmou que, de momento, existe algum desconforto com o facto de o candidato romeno ser oriundo do PPE, após a não aceitação dos candidatos propostos pelo anterior governo socialista. O próprio vice-presidente executivo designado [Frans Timmermans fez algumas declarações esta semana corroborando esta preocupação](#), referindo-se a outras alterações anteriores introduzidas na composição da futura Comissão e que podem comprometer o equilíbrio político, no que tem sido entendido como uma referência ao facto de a Presidente eleita da Comissão ter [designado um terceiro Vice-Presidente executivo pertencente ao PPE, Valdis Dombrovskis](#), quando o mandato que o Conselho Europeu lhe havia conferido no âmbito da negociação dos *top jobs*, era no sentido de designar para estas funções Frans Timmermans (socialista, S&D) e Margrethe Vestager (liberais, ALDE).

As [audições nas Comissões parlamentares respetivas terão lugar na próxima semana \(14 de novembro\)](#) e a Conferência de Presidentes de Comissões avaliará, no dia 19 de novembro, o resultados de todas as audições, de modo a que a votação em plenário a Comissão Europeia possa ocorrer a 27 de novembro, em Estrasburgo.

No que diz respeito à designação de um Comissário pelo Reino Unido face à extensão do prazo para o Brexit (31 de janeiro de 2020) e à possível entrada em funções da nova Comissão a 1 de dezembro de 2019, permanece alguma incerteza: [a Presidente eleita da Comissão declarou que o Reino Unido deverá designar Comissário se for Estado-Membro da UE à data da investidura da Comissão](#), possibilidade essa que parece politicamente difícil de se verificar face à realização de eleições no Reino Unido a 12 de dezembro e à intenção do 1.º Ministro britânico de não concretizar essa nomeação. No plano jurídico, porém, subsistem dúvidas sobre a solução a adotar e que poderá passar, no nosso entendimento, por uma decisão do Conselho Europeu a determinar o número exato de Comissários em 27, [ato jurídico semelhante ao que determinou que a composição](#) das Comissões em 2009-2014 e 2014-2019 era de um Comissário por Estado-Membro, em derrogação do disposto nos Tratados e que limita o colégio de Comissários a um máximo de 2/3 dos Estados-Membros.

3. QUADRO FINANCEIRO PLURIANUAL 2021-2027

Após a discussão havida no Conselho Europeu de outubro de 2019, prosseguem as negociações em várias frentes relativas ao desenho e ao envelope financeiro do próximo Quadro Financeiro Plurianual 2021-27 (QFP).

O Presidente do Parlamento Europeu, David Sassoli, escreveu esta semana uma carta à Presidência em exercício do Conselho (Finlândia), com duas mensagens muito claras para a negociação:

- O teto dos montantes do próximo QFP deverá situar-se em 1,3% do total do RNB (rendimento nacional bruto) da União Europeia a 27;
- O PE não dará o seu consentimento ao QFP se não existir uma reforma do sistema de recursos próprios da União que esteja alinhado com as prioridades políticas, dando como exemplos o sistema de comércio de emissões, uma contribuição com base no plástico e um mecanismo de ajustamento fronteiriço do carbono.

Por outro lado, o chamado grupo dos **Amigos da Coesão**, de que Portugal faz parte, juntamente com *Bulgária, Chipre, República Checa, Estónia, Grécia, Espanha, França, Hungria, Itália, Luxemburgo, Letónia, Lituânia, Malta, Polónia, Roménia, Eslováquia e Eslovénia* reuniu-se em Praga, no dia 5 de novembro, tendo adotado [uma declaração final](#), que se anexa, em que apresenta a posição comum relativa à negociação do QFP:

1. O financiamento para a política de coesão deve ser idêntico ao envelope financeiro do QFP 2014-2020 em termos reais, bem como a taxa de cofinanciamento da UE;
2. A flexibilidade na fase de programação e na implementação é um pré-requisito para garantir resultados eficientes na Política de Coesão;
3. É necessário manter o nível elevado do pré-financiamento e a regra do N+3 (incumprimento e restituição de fundos);
4. Equilíbrio entre os objetivos da UE e a possibilidade de os Estados-Membros alocarem recursos de acordo com as suas prioridades locais e regionais;

Na mesma ocasião, foi ainda apresentado um *non paper* subscrito por estes países e que incide sobre a questão dos *rebates* no orçamento da União Europeia, aludindo à necessidade de os descontinuar faseadamente. Este non-paper está anexo à presente nota.

No respeitante ao volume global, não foi divulgada uma posição consensual, mas a informação que pudemos apurar é a de que o objetivo é chegar a um montante de 1,16% do RNB da União.

4. Negotiating Box on the MFF 21-27

The wording of para 125 of the current Negotiating Box should read as follows:

The current corrections system expires by the end of 2020 and as from 1 January 2021 no correction system will apply.

OR

[Lump sum reductions for Member States having benefitted from a correction in 2020 will apply for the period 2021-2027 only, being phased out gradually decreased over five years]. The Member States concerned shall benefit from a gross reduction in their annual Gross National Income-based contribution of:

- *Austria: EUR [110] million in 2021; EUR [88] million in 2022; EUR [66] million in 2023; EUR [44] million in 2024; EUR [22] million in 2025; EUR [0] million in 2026; EUR [0] million in 2027;*
- *Denmark: EUR [118] million in 2021; EUR [94] million in 2022; EUR [71] million in 2023; EUR [47] million in 2024; EUR [24] million in 2025; EUR [0] million in 2026; EUR [0] million in 2027;*
- *Germany: EUR [2 799] million in 2021; EUR [2 239] million in 2022; EUR [1 679] million in 2023; EUR [1 119] million in 2024; EUR [560] million in 2025; EUR [0] million in 2026; EUR [0] million in 2027;*
- *The Netherlands: EUR [1 259] million in 2021; EUR [1 007] million in 2022; EUR [755] million in 2023; EUR [503] million in 2024; EUR [252] million in 2025; EUR [0] million in 2026; EUR [0] million in 2027;*
- *Sweden: EUR [578] million in 2021; EUR [462] million in 2022; EUR [347] million in 2023; EUR [231] million in 2024; EUR [116] million in 2025; EUR [0] million in 2026; EUR [0] million in 2027.*

These gross reductions shall be financed by all Member States.]

4. BREXIT

Foram agendadas eleições gerais no Reino Unido para o dia 12 de dezembro de 2019, tendo o Conselho Europeu concedido uma extensão para a data do Brexit até 31 de janeiro de 2020. Recordamos que os textos que atualmente estão em cima da mesa e que serão aqueles que deverão ser objeto de votação e ratificação pelo Parlamento britânico e pelo Parlamento Europeu são os seguintes:

- [Textos revistos do protocolo sobre a Irlanda/Irlanda do Norte*](#),
- [Declaração política revista no respeitante à futura relação entre a União Europeia e o Reino Unido](#)
- [Versão consolidada do acordo de saída após a revisão do Protocolo sobre a Irlanda/Irlanda do Norte, incluindo as adaptações técnicas aos Artigos 184 e 185, conforme acordado pelos negociadores e endossado pelo Conselho Europeu.](#)

O negociador chefe da União Europeia esteve esta semana em Lisboa, [tendo sido recebido por S. Exa. o PAR no dia 6 de novembro](#).

Finalmente, foi eleito um novo Presidente da Câmara dos Comuns, [Sir Lindsay Hole](#).

O anterior Speaker, **John Bercow**, renunciou com efeitos a 31 de outubro, e deu uma entrevista esta semana, na qual considerou que [“o Brexit é o maior erro da política externa britânica no período pós-guerra”](#).



Former Commons Speaker John Bercow has called Brexit "the biggest foreign policy mistake in the post-war period".

5. PRIORIDADES DA PRESIDÊNCIA CROATA DO CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA

O 1.º Ministro croata [anunciou](#), esta semana, as [prioridades](#) deste Estado-Membro para a Presidência do Conselho da União [Europeia](#), que se iniciará a 1 de janeiro de 2020.

O [programa da Presidência croata foi igualmente divulgado nesta ocasião](#), o que poderá ser relevante para a preparação participação da AR e suas Comissões parlamentares na dimensão parlamentar da Presidência da União Europeia. A página de [Twitter da Representação Permanente croata junto da UE](#) deu nota deste facto, bem como da divulgação do logotipo da Presidência, que reproduzimos.



5. REUNIÕES DO CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA

❖ Reunião do Eurogrupo, a 7 de novembro:

Os principais [resultados](#) foram o debate sobre o investimento na inovação (notas de discussão na hiperligação), o pacote relativo à revisão do [Tratado sobre o Mecanismo Europeu de Estabilidade](#) e a apresentação do relatório intercalar do Presidente do Grupo de Alto Nível sobre o Sistema Europeu de Seguro de Depósitos (EDIS), com o progresso no roteiro político. Chamamos a atenção para a intervenção do Ministro das Finanças sobre esta matéria, detalhada no ponto seguinte, e que está a marcar o debate.

Finalmente, no que diz respeito ao [BICC \(Instrumento Orcamental para a Competitividade e Convergência\)](#), foi apresentado o ponto de situação do trabalho técnico. Sobre o instrumento jurídico a ser adotado para constituir o BICC, retransmitimos uma notícia da **Agence Europe** que faz referência ao parecer do Serviço Jurídico do Conselho (documento LIMITE e que podemos disponibilizar) que considera que não há obrigatoriedade para os Estados-Membros de serem partes num Acordo Intergovernamental para este efeito.

ECONOMY - FINANCE - BUSINESS

EMU

there is no obligation to participate in intergovernmental agreement to finance euro area budget, according to EU Council lawyers

Brussels, 04/11/2019 (Agence Europe) – When questioned by euro area finance ministers, the Legal Service of the Council of the European Union considers that a euro area country cannot be forced to participate in a possible intergovernmental agreement (IGA) to provide additional funding for the future fiscal capacity of the Eurozone.

"The EU Treaties or an act of EU secondary law (as the BICC Regulation) cannot legally oblige Member States to conclude the IGA referred to in the term sheet, or compel them to contribute to the budget of the Union beyond the framework of their financial obligations as defined by the own resources system", say the EU Council's lawyers in a note dated 15 October, of which EUROPE has obtained a copy.

They go on to say that "[even] if, in the past, intergovernmental treaties in the field of the Economic and Monetary Union (such as the ESM Treaty, the Treaty on Stability, Convergence and Competitiveness, or the IGA on the transfer of contributions to the Single Resolution Fund) have been concluded by all euro area Member States, this fact is a consequence of a wish to maintain political coherence, rather than of a legal obligation that would stem from the EU Treaties or secondary law".

In Luxembourg at the beginning of October, the Eurogroup made progress in drawing up the budget for the euro area, which should see the light of day in early 2021, at the same time as the next budget cycle for the EU (see EUROPE B12346A2).

In response to the refusal by the Netherlands, supported by Finland and Austria, the Finance Ministers of the Nineteen had requested the expertise of the legal experts on the legal nature of this enabling clause which appears in the term sheet of the future euro area budget and which will allow the euro area countries to contribute to it in addition to their regular contributions to the 2021-2027 multiannual financial framework. (Original version in French by Mathieu Bion)

❖ Reunião do Conselho ECOFIN, a 8 de novembro (principais resultados).

❖ Reunião do Conselho Educação, Juventude, Cultura e Desporto, sobre Educação, 8 de novembro de 2019 (principais resultados).

6. OUTROS TEMAS EM DESTAQUE

❖ União Bancária – debate sobre o Sistema Europeu de Seguro de Depósitos

O Ministro das Finanças alemão, Olaf Scholz (SPD), escreveu um editorial no Financial Times desta semana (anexo à presente síntese) sobre a União Bancária, no que tem sido entendido como um sinal de abertura na posição alemã sobre esta matéria, designadamente no que diz respeito ao Sistema Europeu de Garantia de Depósitos (EDIS, no acrónimo em inglês mais comumente utilizado). Neste editorial, intitulado “*Germany will consider EU-wide bank deposit reinsurance*”, o Ministro alemão começa por considerar que “a necessidade de aprofundar e completar a União Bancária europeia é inegável”, identifica quatro passos para completar a união bancária:

1. Procedimentos de resolução e insolvência comuns para os bancos, nomeadamente para os bancos pequenos e à semelhança do que já existe para as instituições bancárias maiores, com o envolvimento do Mecanismo Único de Resolução (SRB). Porém, o Fundo Único de Resolução (SRF) apenas se continuaria a destinar aos bancos sistemicamente relevantes. O objetivo é evitar que os bancos pequenos fiquem apenas dependentes das leis de insolvência nacionais, providenciando uma solução europeia também para estes casos;
2. No tocante à redução de riscos, importa prosseguir a redução do stock de *non performing loans* (NPL) e enfrentar os riscos da exposição à dívida soberana. Neste âmbito, afirma que os bancos devem criar provisões para os riscos decorrentes desta exposição durante um período de transição, com requisitos de capital que reflitam essa realidade, aumentando a estabilidade e melhorando as perspectivas de rating de investimento de alguns Estados-Membros;
3. A arquitetura de uma União Bancária robusta deve incluir **alguma forma de mecanismo europeu de seguro de depósitos**, afirmando que um esquema europeu de *resseguro* poderia aumentar a resiliência dos sistemas nacionais. Porém, tal implica algumas condições, nomeadamente que a responsabilidade nacional permaneça central num sistema de três níveis: i) utilização primária dos recursos do sistema nacional de seguro de

depósitos; ii) no caso de estes recursos se esgotarem, pode ser providenciada liquidez adicional através de um fundo de seguro de depósitos, gerido pelo Mecanismo Único de Resolução, através de empréstimos; iii) se for necessário um reforço de verbas, caberá ao Estado-Membro em questão providenciá-lo. Finalmente, poderá ser considerada uma componente de cobertura limitada de perdas para o fundo de seguro de depósitos europeu, uma vez consolidados todos os elementos da união bancária.

4. Devem ser intensificados os esforços para prevenir a distorção concorrencial em matéria fiscal (*arbitrage*). Dado que as leis fiscais ainda distorcem a competitividade no seio da UE, a Alemanha e a França apelam ao estabelecimento de uma base tributária consolidada comum para as empresas e a uma taxa mínima efetiva.

Recordamos que [o Deputado Pedro Marques \(PS\)](#) é o relator do PE para o relatório anual sobre a União Bancária, matéria do interesse da 4.ª e 5.ª Comissões.

❖ [Previsões de outono da Comissão Europeia](#)

A Comissão publicou, no dia 7 de novembro, as suas previsões de outono, notando que “a economia europeia está atualmente no seu sétimo ano consecutivo de crescimento, prevendo-se que continue a expandir-se em 2020 e 2021. No entanto, o contexto externo tornou-se muito menos favorável e o grau de incerteza é elevado. “

Assim sendo, prevê-se que o produto interno bruto (PIB) da área do euro cresça 1,1 % em 2019 e 1,2 % em 2020 e 2021. Em comparação com as previsões económicas do verão de 2019 (publicadas em julho), as previsões de crescimento diminuirão 0,1 pontos percentuais em 2019 (a partir de 1,2 %) e 0,2 pontos percentuais em 2020 (a partir de 1,4 %). Para a UE no seu conjunto, prevê-se um aumento do PIB de 1,4 % em 2019, 2020 e 2021. As previsões para 2020 foram também revistas em baixa comparativamente ao verão (a partir de 1,6 %).

❖ [DESTAQUES DA AGENDA \(semana de 11 a 15 de novembro\)](#)

- [PARLAMENTO EUROPEU](#): na próxima semana, os trabalhos do PE serão dedicados às [Comissões parlamentares](#) e a [uma mini sessão plenária](#), em Bruxelas.

No âmbito das Comissões, destacamos:

- **Subcomissão SEDE (Segurança e Defesa, 12/11)**: debate sobre i) as implicações estratégicas e de segurança das operações militares turcas no noroeste da Síria; ii) ameaças híbridas; iii) Audição pública sobre A segurança e defesa europeia no espaço.
 - *Com relevância para a 2.^a 3.^a e 4.^a Comissões*
- **Comissão AFCO (Assuntos Constitucionais, 12/11)**: debate sobre Brexit e discussão do papel do PE na Conferência sobre o futuro da Europa
 - *Com relevância para a 4.^a Comissão*
- **Comissões DEVE (Desenvolvimento)-LIBE (Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos)- DROI (Direitos do Homem), 12.11**: troca de impressões com Daniel Endres, Diretor do Fórum Global para os Refugiados do ACNUR
 - *Com relevância para a 1.^a, 2.^a e 4.^a Comissões*
- **Comissão LIBE (11-12.11)**: tópicos em debate – Agenda Europeia para as migrações, 20.^o relatório de segurança da UE, procedimentos no mandado de detenção europeu (direito a um advogado, apoio consular, informação a terceiros), Ordens Europeias de Produção e Preservação de provas eletrónicas em processo penal, ponto de situação sobre negociações relativas ao Fundo de Asilo e Migrações e sobre o instrumento financeiro para apoio na gestão de fronteiras e vistos.
 - *Com relevância para a 1.^a Comissão*
- **CONSELHO**: Reunião do [Conselho de Negócios Estrangeiros](#), a 11/11/2019 ([página da reunião](#)) e Conselho de Negócios Estrangeiros sobre Defesa, a 12/11/2019 ([página da reunião](#)).

Anexos:

- *non-paper sobre o QFP dos países “amigos da coesão”*
- *editorial do Ministro das Finanças alemão sobre a União Bancária*

Bruxelas | 8 de novembro de 2019

Para mais informações: Bruno Dias Pinheiro | +32 493 39 99 73

Non-paper of BG, CY, CZ, EE, EL, ES, FR, HU, IT, LU, LT, LV, MT, PL, PT, RO, SI, SK on the Multiannual Financial Framework 2021-2027 (MFF 2021-2027) – compensations on the revenue side of the EU budget

The signatories of this non-paper reiterate that the system of own resources of the EU budget should be transparent, simple and fair. All correction mechanisms need to be abandoned starting with the MFF 2021-2027.

In the words of the Commission President – elect Mme Ursula von der LEYEN¹:

“One of the key foundations of our social market economy is that everybody pays their fair share. There can be no exceptions.”

1. The case for a more transparent and fairer financing of the EU budget

“The EU budget was never conceived to be primarily a system of fiscal equalisation or redistribution between Member States. Its main purpose has always been to finance common costs and operational expenditure linked to Treaty obligations and common policies... However, this rationale was turned upside down with the need to address the United Kingdom’s ‘budgetary imbalances’, as Member States agreed at the European Council of Fontainebleau in 1984.”²

This quote illustrates, in the clearest and most effective way, why it is time to move away from the idea of net balances and *juste retour*, and put the discussion on the EU budget back in the correct frame: *the EU budget is the instrument needed to implement, with an adequate level of resources, the policies that Member States have already agreed upon*. Unfortunately, despite the effort to focus MFF negotiations on the quality of spending and connecting revenue sources with respective EU policies, the *juste retour* debate is still present. On the revenue side, this is represented by the discussion on rebates or, more generally, on the possibility of introducing correction mechanism for Member States (MS) with “excessive” contributions to the EU budget. As explained in the report of the High Level Group on Own Resources, the whole debate on net balances and the very idea of *juste retour* have only been introduced with the European Council (EC) conclusions in Fontainebleau in 1984. However, back then, the overall situation was quite different from what it is today.

On this debate of *juste retour*, one must admit that all EU Member States have been benefiting from the single market, in particular through its stability and the economies of scale and reinforced intra EU trade. According to a DG ECFIN paper, the GDP would have been **9,0 % lower in Eurozone** and **8,7 % in EU28³** had the EU single market not been in place. Politicians and economists might question the above mentioned magnitude of the additional GDP stemming from the European single market, but it is unquestionable that for each EU28 Member State the GDP is higher than what it would have been without the existence of the single market.

Member States are benefiting from the European single market in a variety of ways: e.g., through the increased demand for goods and services financed by the EU budget (also in contracts from funds in shared management) as well as through their national competitive advantage.

¹ Source: [A Union that strives for more My agenda for Europe](#), p. 12

² Source: [Final report and recommendations of the High Level Group on Own Resources](#), p. 57

³ Source: [Quantifying the Economic Effects of the Single Market in a Structural Macromodel](#), p. 17

2. The current context is different than the one that has led to the introduction of correction in Fontainebleau

2.1 Situation in 1984 - European Council conclusions in Fontainebleau

The relevant part of the [EC conclusions](#), Point 1 of the budgetary imbalances section stated that:
“Expenditure policy is ultimately the essential means of resolving the question of budgetary imbalances. However, it has been decided that any Member State sustaining a budgetary burden which is excessive in relation to its relative prosperity may benefit from a correction at the appropriate time”.

The above statement implied that **there were 2 conditions** that needed to be simultaneously fulfilled in order for a MS to justify a correction mechanism:

- 1. expenditure mix of the EU budget with a dominance of a single policy;**
- 2. a Member State’s budgetary burden needs to exceed its relative prosperity.**

To test whether there could still be some justification to maintain corrections for some MS in the MFF 2021-2027, the EU (EEC) budget in 1984 should be first examined. At that time, the CAP-related expenditure accounted for more than 2/3 of the total expenditure. In this specific framework, a less agriculture-oriented MS could do very little to compensate for shortfalls of revenue in CAP with relatively higher revenues from other policies – this was the case for the UK. When it comes to the second condition, i.e. budgetary burden vs. relative prosperity criterion (measured as the ratio between national GDP per capita and the EU average), figures show that there were only two MS in 1984 with both a negative budgetary stance towards the EU budget and a GDP per capita below the EEC average – France and the United Kingdom (see Table 1). In the case of the UK, both the distance from the average GDP and the budgetary burden were much bigger. These were the grounds for the rebate.

Table 1: Situation in 1984.

	GDP per capita PPS, % of EEC10	net budgetary position (mil. ECU)
Belgium	101,8%	-443,2
Denmark	104,1%	467,2
West Germany	119,2%	-3323,8
Ireland	67,2%	924,1
Greece	79,7%	1008,2
France	96,3%	-689,7
Italy	98,4%	1518,9
Luxembourg	138,7%	-42,6
Netherlands	104,1%	384,4
United Kingdom	88,2%	-1336,9

Source: Calculations based on Eurostat data and AMECO data.

Disclaimer: We cannot exclude differences of the table above and possible future calculations elaborated by the European Commission. The calculations do not take into account point 75 of the Conclusions of the 1999 European Council in Berlin: ‘When referring to budgetary imbalances, the Commission, for presentational purposes, will base itself on operating expenditure.’

2.2 Situation in 2019

When analysing the European Commission proposal on MFF 2021-2027 from this point of view, it can be seen that the expenditure policy of the EU has undergone many reforms with a result that there is no single dominant policy. In the Commission proposal of May 2018, the biggest part of expenditure relates to the mix of policies related to research, investment, security, defence (and more) which is directly managed by the Commission.

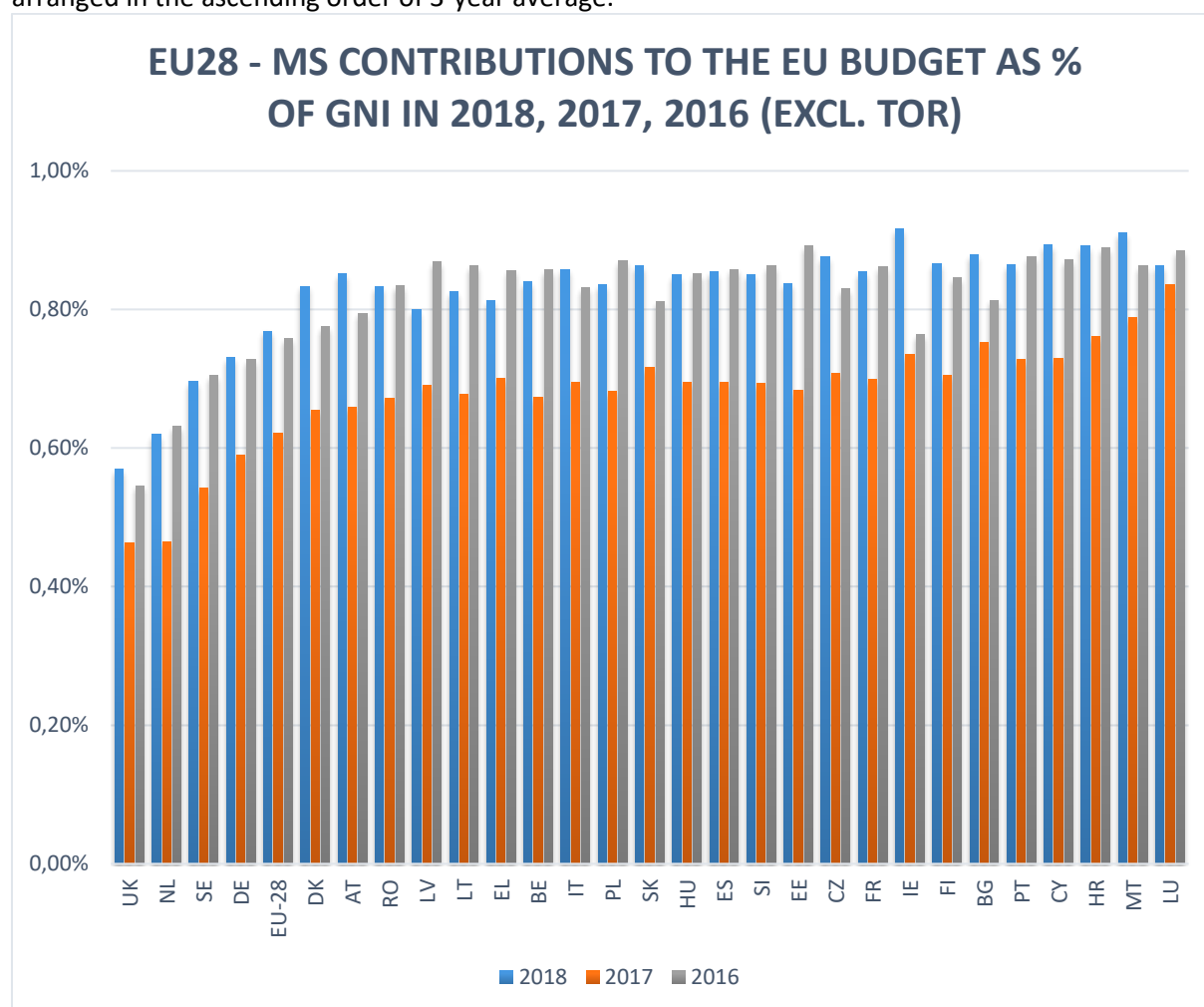
Thus, **the expenditure mix of the future EU budget** includes a wide array of policies, which provide opportunities for Member States to implement EU financed projects, and is in no way comparable to the budget situation in 1984, essentially centred on the CAP. Secondly, if we look at the relative prosperity of Member States – i.e., the justification for the UK rebate – we see that, **unlike the UK in 1984, all of the MS that enjoy corrections are in the group of the more developed MS and contribute a smaller share of their GNI than most Member States.**

3. Contributions of Member States according to the GNI

The original purpose of the rebates might have been to maintain fairness for all Member states by avoiding a budgetary burden completely out of line with their relative prosperity, in the context of a European budget that was limited in structure and with CAP at its centre. Nowadays, as the analysis above illustrates, no Member state suffers such a large budgetary burden to qualify.

The GNI-based own resource is sometimes described as “equitable and fair” in the sense that it would respect the Member States’ ability to pay. In fact, some Member States with GNI per capita below EU28 average pay a higher share in relation to their GNI than other Member States (see Graph 1). The current system of national contributions could be described as regressive insofar as Member States with a higher GNI per capita do not contribute a higher share of national contributions expressed as a percentage of their GNI.

Graph 1: EU28 – Member State contributions to the EU budget (excl. TOR) as % of GNI. MS are arranged in the ascending order of 3-year average.



Source: Based on the European Commission’s data published in [EU expenditure and revenue 2014-2020 database](#) with [retroactive impact of the 2014 Own resources decision](#). Member States are arranged in the ascending order of 3-year average.

4. Negotiating Box on the MFF 21-27

The wording of para 125 of the current Negotiating Box should read as follows:

*The current corrections system expires by the end of 2020 **and as from 1 January 2021 no correction system will apply.***

OR

[Lump sum reductions for Member States having benefitted from a correction in 2020 will apply ~~for the period 2021-2027 only, being phased out gradually decreased over five years~~. The Member States concerned shall benefit from a gross reduction in their annual Gross National Income-based contribution of:

- Austria: EUR [110] million in 2021; EUR [88] million in 2022; EUR [66] million in 2023; EUR [44] million in 2024; EUR [22] million in 2025; **EUR [0] million in 2026; EUR [0] million in 2027;***
- Denmark: EUR [118] million in 2021; EUR [94] million in 2022; EUR [71] million in 2023; EUR [47] million in 2024; EUR [24] million in 2025; **EUR [0] million in 2026; EUR [0] million in 2027;***
- Germany: EUR [2 799] million in 2021; EUR [2 239] million in 2022; EUR [1 679] million in 2023; EUR [1 119] million in 2024; EUR [560] million in 2025; **EUR [0] million in 2026; EUR [0] million in 2027;***
- The Netherlands: EUR [1 259] million in 2021; EUR [1 007] million in 2022; EUR [755] million in 2023; EUR [503] million in 2024; EUR [252] million in 2025; **EUR [0] million in 2026; EUR [0] million in 2027;***
- Sweden: EUR [578] million in 2021; EUR [462] million in 2022; EUR [347] million in 2023; EUR [231] million in 2024; EUR [116] million in 2025; **EUR [0] million in 2026; EUR [0] million in 2027.***

These gross reductions shall be financed by all Member States.]

5. Conclusions

Net balances are neither a meaningful measure of solidarity or an excessive budgetary burden, nor a proxy for cost-benefit assessments. Furthermore, the UK's withdrawal from the EU offers Member States the unique opportunity to also reform and modernise the revenue side of the MFF. The UK rebate was introduced in the mid-1980s to address the situation of one Member State with low-income, comparatively high contributions into the EU budget and comparatively limited payments from EU funds. In 2019 none of the 5 additional Member States benefitting from rebates qualify for these cumulative conditions (excessive budgetary burden in relation to their relative prosperity).

Moreover, the benefits of Union membership extend well beyond budgetary revenues. We need to move away from net balances and *juste retour*, because the single market is beneficial for all. The EU budget should implement the policies that Member States have already agreed upon and with adequate resources.

Finally, any debate on possible correction mechanism would imply complex rules and a lack of transparency for EU citizens. This calls for the end of all rebates and correction mechanisms from 2021. This position should be clearly stated in the Negotiating Box (para 125).

Opinion **European banking union**

Germany will consider EU-wide bank deposit reinsurance

We understand that compromises are necessary to complete banking union

OLAF SCHOLZ



© FT montage

Olaf Scholz YESTERDAY

The need to deepen and complete European banking union is undeniable. After years of discussion, the deadlock has to end. Therefore, I am calling on the EU to act now to strengthen Europe's sovereignty in an increasingly competitive world.

Now that the UK, home to London's capital markets, is on the verge of withdrawing from the bloc, we must make real progress. Being dependent for financial services on either the US or China is not an option. So if Europe does not want to be pushed around on the international stage, it must move forward with key banking union projects, as well as the complementary project of [capital markets union](#).

It is in all our interests to have a fair, well-designed and secure banking union that guarantees stability and enhances growth in all member states, while at the same time protecting taxpayers' money. We have already accomplished some important steps.

We have established single European supervisory bodies and significantly increased capital levels. We have also set up a framework to restructure failing systemically important banks without endangering financial stability or having to use public funds.

However, we are only halfway through this project. European financial markets are still fragmented, and barriers to the free flow of capital and financial liquidity still exist. We have discussed these issues intensively in recent years, to no avail. Now it is time to put together a package to complete the banking union. This has four steps.

First, we need common insolvency and resolution procedures for banks, building on the example of the US Federal Deposit Insurance Corporation. This means making instruments that have proven useful to large banks available to small banks too. This could include bridge banks. Where competition within the single market may be distorted, the [Single Resolution Board](#) should be involved. But the Single Resolution Fund would still not apply to non-systemically relevant institutions.

We already have common resolution rules for large, systemically relevant banks in Europe. Smaller banks, however, fall under the different national insolvency laws. A single insolvency framework for banks would reduce frictions. Moreover, it would be a genuinely European solution. We should allow for deeper integration of EU banking groups, while duly taking into account host countries' interests in fair burden-sharing.

Second, ensuring a stable banking sector means further reducing risks. This means further reducing the number of non-performing loans and tackling the risks associated with sovereign debt. Sovereign bonds are not a risk-free investment and should not be treated as such.

Banks should have to make provision for risks arising from sovereign debt within an appropriate transition period. We should introduce capital requirements reflecting credit and concentration risks from sovereign exposures on banks' balance sheets in a careful, gradual manner without threatening financial stability. Over time, banks all over Europe would build up more diversified portfolios of sovereign bonds. Doing so would enhance their stability. This approach would help countries with weaker credit ratings.

Third — and this is no small step for a German finance minister — an enhanced banking union framework should include some form of common European deposit insurance mechanism. A European deposit *reinsurance* scheme would significantly enhance the resilience of national deposit insurance.

However, such a scheme would be subject to certain conditions, one of which is that national responsibility must continue to be a central element. In the case of a bank failure, a three-tier mechanism would apply. First, the resources of the national deposit guarantee scheme would be used. Second, where national capacities have been exhausted, a European deposit insurance fund, administered by the SRB, would provide limited additional liquidity through repayable loans. Third, where additional financing may be necessary, the relevant member state would step in. A limited loss coverage component for the European deposit insurance fund could be considered, once all the elements of the banking union have been fully implemented.

Last but not least, we have to intensify our efforts to prevent arbitrage. Tax law still distorts competition within the EU. This is why Germany, together with France, is calling for the adoption of a common corporate tax base and a minimum effective tax. Progress with banking union must not lead to competition-distorting tax arrangements. We need uniform taxation of banks in the EU.

European policymakers are aware that there is a strong case for further improving the institutional and regulatory framework in order to reduce risks in the European banking sector. So far, we have failed to deliver. Now, taking advantage of the fresh energy supplied by a new European Commission, and with Brexit just around the corner, it is time for a change. Let us redouble our efforts and finish the job. We need to end the deadlock.

The writer is Germany's minister of finance